



Câmara de Guarujá arquiva processo contra Antonieta

Vereadores cobram o cumprimento de lei que exige a divulgação de laudos sobre a água

SIMONE QUEIRÓS
DA REDAÇÃO

O pedido de instalação de uma comissão processante contra a prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito (PMDB), foi arquivado ontem pelos vereadores. Apenas três se manifestaram a favor, como já tinham deixado claro na sessão anterior: Válter Suman (PSDC), Gilberto Benzi (PDT) e Edilson Dias (PT).

Um dos fatores que motivaram o pedido de cassação é o descumprimento à Lei 3.749, de 2009, que obriga a Prefeitura a publicar no Diário Oficial do Município laudos sobre a qualidade da água fornecida à população. "Desde setembro do ano passado isso não acontece", cita a denúncia.

Mas na realidade a lei nunca foi cumprida. Isso porque os laudos que têm sido publicados, como aconteceu na última sexta-feira referente a agosto, são fruto de amostras que a própria Prefeitura coleta. As análises são realizadas pelo Instituto Adolfo Lutz.

Só que a lei fala em divulgar o laudo da Sabesp.

A gerente de Controle Sanitário e Ambiental da Sabesp, Ana Maria Alvarez Dominguez, disse em entrevista recente a A Tribuna que a concessionária realiza cerca de 180 amostras mensalmente em Guarujá, contra 50 da Prefeitura. "Todos os dados são encaminhados à Vigilância Sanitária da Cidade".

Autor da lei, o vereador Gilberto Benzi (PDT) afirma que importante é a publicação do resultado da análise por um laboratório confiável, seja ele proveniente de amostras da Prefeitura ou da Sabesp. "O ideal seria a publicação de ambos os laudos".



Somente três vereadores foram favoráveis a abertura de uma comissão processante contra a prefeita

Saiba mais

O que diz a Lei 3.749, de 29/4/2009

Artigo 1º Fica obrigada a Prefeitura Municipal de Guarujá a publicar no Diário Oficial do Município, mensalmente, os parâmetros (máximo e mínimo) e resultados diários, das análises feitas pela própria Sabesp e registradas em laudos de controle internos, sobre potabilidade da água que consumimos.

Benzi apresentou um requerimento em plenário ontem questionando a Administra-

ção Municipal sobre o motivo pelo qual a lei não está sendo cumprida e cobrando a publicação das análises no Diário Oficial. Porém, o requerimento foi rejeitado pelos vereadores.

PREFEITURA

Entretanto, a Administração já deu mostras de que isso passará a ser feito. Na sexta-feira, quando questionada a respeito da demora em publicar os resultados, informou que o problema era a burocracia.

"A desburocratização deste processo será discutida em reunião que será realizada com a participação dos respectivos personagens das diversas áreas envolvidas no processo".

Porém, a Prefeitura se referia aos laudos emitidos pelo Instituto Adolfo Lutz. Quanto

a não publicação das análises da Sabesp, a diretora da Vigilância em Saúde da Prefeitura, Ana Teresinha Praça, afirma que pode ter sido uma falha na interpretação da lei. "Mas o importante é a população saber o resultado da análise da água, o que o Instituto Adolfo Lutz está fazendo".

A Prefeitura diz que a Advocacia Geral do Município será acionada para avaliar o texto da lei de forma a incluir a publicação das análises da Sabesp no Diário Oficial.

À noite, a Prefeitura emitiu nota informando que publica os laudos de qualidade da água da Sabesp. As análises são feitas pelo Instituto Adolfo Lutz, coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde.

EDISON BARAÇAL - 23/3/10



Municípios da Baixada Santista vão receber material didático

DA REDAÇÃO

Sete municípios da Baixada Santista receberão material didático especial para alunos dos Ensinos Fundamental e Médio. O convênio firmado ontem entre Secretaria de Estado da Educação e as prefeituras de Santos, Guarujá, Bertioga, Mongaguá, Cubatão, Itanhaém e Peruíbe beneficiará os alunos das redes municipal e estadual de ensino.

Ao todo, são 488 cidades envolvidas nos projetos Ler e Escrever e São Paulo faz Escola.

A iniciativa pretende trabalhar programas paradidáticos (Ler e Escrever) e didáticos (São Paulo faz Escola) de apoio à leitura com alunos. Para isso, os professores também receberão um material especial para o desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Segundo a pasta, trata-se da segunda fase do programa, que começou no ano passado. Até o momento, os investimentos representam em torno de R\$ 5

milhões.

MATERIAL

Aos alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental, que compreende estudantes do 1º ao 5º ano, o foco será a leitura e escrita. Para eles, serão distribuídos globo terrestre, alfabetos, calculadoras, caixas plásticas, resumos de livros, além de revistas do programa Bolsa Alfabetização e outros utensílios.

Além do apoio material, também haverá a figura do professor auxiliar. São alunos universitários dos cursos de letras e pedagogia que vão auxiliar os professores no processo de alfabetização.